



Marx e a “assim chamada acumulação primitiva”

Gil Felix¹

Resumo

Considerando o debate a respeito dos grandes projetos e das ideologias integracionistas e desenvolvimentistas, o artigo analisa e sistematiza teoricamente o conceito de acumulação primitiva nos escritos de Karl Marx no período compreendido entre 1867 e 1883, ou seja, entre a publicação de *O Capital* e a morte do autor.

Palavras-chave: Karl Marx; acumulação primitiva; desenvolvimentismo.

Marx y “la llamada acumulación originaria”

Resumen

Considerando el debate sobre los grandes proyectos y las ideologías integracionistas y desarrollistas, el artículo analiza y sistematiza teóricamente el concepto de acumulación originaria en los escritos de Karl Marx en el período comprendido entre 1867 y 1883, es decir, entre la publicación de *El Capital* y la muerte del autor.

Palabras clave: Karl Marx; acumulación originaria; desarrollismo.

Marx and the “so-called primitive accumulation”

Abstract

Considering the debate on large projects and integrationist and developmentalist ideologies, the article theoretically analyzes and systematizes the concept of primitive accumulation in the writings of Karl Marx in the period between 1867 and 1883, that is, between the publication of *Capital* and the author's death.

Keywords: Karl Marx; primitive accumulation; developmentalism.

¹ Professor do Instituto Latino-americano de Economia, Sociedade e Política da Universidade Federal da Integração Latino-americana (Unila). Autor, dentre outros, de 'O caminho do mundo: mobilidade espacial e condição camponesa em uma região da Amazônia Oriental' (2a edição, Editora da UFF, 2021) e de 'Mobilidade e superexploração do trabalho: o enigma da circulação' (FAPESP/Lamparina Editora, 2019). Coordenador do Grupo de Pesquisa sobre Trabalho (CNPq). Email: gilfelix@protonmail.com

Le mort saisit le vif!

Expressão citada por Marx no Prefácio da 1ª edição de *O Capital* (1867).

A acumulação primitiva de capital é uma noção marxiana fortemente revigorada nas últimas décadas frente a intensos processos de expropriação e reapropriação privada das terras, das florestas e das águas por conta da implantação ou da expansão de grandes obras de infraestrutura ou da exploração petrolífera e mineral em territórios situados na chamada periferia do sistema capitalista mundial. A América Latina é um lócus privilegiado de observação desses processos, uma vez que, por um lado, vários projetos e programas de grandes intervenções estão sendo implementados desde o México até a Argentina, e que, por outro lado, as análises sobre os mesmos muitas vezes são feitas em diálogo direto ou indireto com o pensamento de Marx.

Em alguns desses territórios, como é o caso da Amazônia, por exemplo, a própria ideia de região é socialmente construída intrinsecamente e indissociavelmente aos aparatos ideológicos de intervenção de interesse direto do capital internacional na forma de grandes projetos e de diversos programas estatais desde os anos 1960 (Sevá Filho, 2005; Santos e Andrade, 1988; Bourdieu, 1989)². Em geral, a construção da ideia de atraso – de rincão habitado por populações exóticas, por processos violentos de expropriação e pela superexploração, pensada como uma maneira arcaica e singular de regiões marginais do sistema – sustenta, por sua vez, a construção da ideia de desenvolvimento, de uma almejada substituição e superação dessas manifestações por meio de uma intervenção estatal qualificada a fim de promover empreendimentos capitalistas considerados socialmente mais avançados, processo através do qual também se cria, portanto, a justificativa da necessidade da própria intervenção que deu origem a essas construções ideológicas. E, embora esse quadro ideológico tenha origem em pensamento social alheio aos escritos de Marx, essa associação muitas vezes é feita, tanto no discurso social quanto no senso comum acadêmico.

Neste sentido, a revisita ao famoso capítulo do Livro I de *O Capital* e ao último Marx³ têm sido uma tarefa quase obrigatória de todos aqueles que se debruçam sobre as consequências e as dinâmicas desses grandes investimentos seja no Brasil, na América Latina ou em outras partes do mundo, considerando que o que Marx descreveu como sendo a “assim

² Para uma análise desses processos a partir de uma releitura das teses originalmente formuladas no âmbito da teoria social e da política revolucionária latino-americana no contexto do capitalismo contemporâneo, ver, dentre outras publicações minhas, Felix (2019; 2020; 2021).

³ Com a expressão “último Marx” me refiro simplesmente a um recorte cronológico, aos escritos do autor entre 1867 e 1883. Não tenho a pretensão de demonstrar qualquer ruptura ou continuidade de qualquer outra ordem no pensamento de Marx, discussão obviamente reconhecida, mas que não será objetivada nesse trabalho.

chamada acumulação primitiva” – ou “originária”, que é a forma como se optou por traduzir *die sogenannte ursprüngliche Akkumulation* para o mundo hispanófono – serve atualmente de inspiração para a análise de muitos dos que pretendem interpretar o que seria um mecanismo constante e contínuo do capital ao longo dos últimos séculos, de toda a sua história, ou, às vezes, menos pretensiosamente, do que estaria ocorrendo nos últimos anos ou décadas⁴.

Embora isso não seja comumente explicitado, tais reapropriações conceituais situam leituras teoricamente controversas de Marx. Em geral, condensam tentativas de reconstrução ou desconstrução teórica imanente, recorrendo a teorias e, algumas vezes, a textos contraditórios que o próprio Marx viria a abandonar ao longo dos seus estudos críticos de filosofia, história, antropologia e economia política, da sua participação na Associação Internacional dos Trabalhadores e dos debates que travou com Engels e com Bakunin, por exemplo.

Sendo assim, dadas as implicações políticas desse debate hoje e o desconhecimento que se propaga sobre o mesmo, não raro é ainda comum se verificar rompimentos ou supostos avanços teóricos frente a um espectro de Marx que nada condiz com o que o próprio autor legou ou com a episteme teórica das investigações que ele fez por, no mínimo, duas décadas. Ou, por outro lado, torpes justificativas pretensamente marxistas de ações políticas voltadas para a promoção de programas e pugnas imperialistas de acumulação de capital, tal como é comum ocorrer nas instituições de produção ideológica desenvolvimentista ou neodesenvolvimentista a serviço dos partidos reformistas na América Latina, África e Ásia⁵.

Este artigo, portanto, considerando as questões indicadas, analisa e sistematiza teoricamente o conceito de acumulação primitiva nos escritos de Karl Marx no período compreendido entre 1867 e 1883, ou seja, entre a publicação de *O Capital* e a morte do autor.

Esquemáticamente, o artigo: (1) recupera o conceito de acumulação primitiva tal qual definido por Marx em *O Capital* (Livro I); e (2) analisa de que maneira(s) o próprio Marx interpretou o texto que publicou em *O Capital* frente a outros processos históricos no período compreendido entre 1867 e 1883, em especial, a partir das especificidades da luta de classes na Irlanda e na Rússia.

⁴ Caso, por exemplo, de David Harvey (2005), de Moulrier-Boutang (2005) e do grupo reunido na revista *The Communer*, em especial, Massimo de Angelis (2001) e Midnight Notes Collective (2001).

⁵ A expressão comum se refere ao fato de que tais flertes teóricos e instituições não são novidade histórica do período mais recente (como no caso dos governos do que se chamou onda rosa no início desse século em América Latina, ou no Brasil e no México atual), mas ao que se verificou, por exemplo, no século anterior também, em especial, nos anos 1950 e 1960. Para uma análise de caso de uma dessas instituições, ver, dentre outros, Toledo (1997). Para uma análise das disputas de estratégia política, ver Marini (1969; 1976).

O conceito de acumulação primitiva em *O Capital*

Nos últimos capítulos de *O Capital*, Marx se dedicou a demonstrar que a acumulação capitalista é fruto de um processo histórico e que pressupõe uma acumulação anterior. Ele partiu, então, do que Adam Smith denominara *previous accumulation* para demonstrar que o aparente “círculo vicioso” da acumulação de capitais é fruto de um processo histórico, quer dizer, que o capitalismo em si não tem origem na natureza humana ou – o que daria no mesmo – na ganância de uma elite que se pôs a trabalhar mais do que os seus iguais num certo passado remoto. Seu debate era, claramente, voltado para: 1) enfatizar que o modo de produção capitalista esmiuçado ao longo do texto era histórico, superável; 2) enfatizar que tal modo de produção se reproduz sob condições específicas que o estabeleceram e que constituem seu pressuposto.

Nesse sentido, Marx afirmou que para que o dinheiro se transforme em capital tem que haver antes uma transformação que, segundo ele, só pode ocorrer em determinadas circunstâncias:

(...) O sistema capitalista pressupõe a dissociação entre os trabalhadores e a propriedade dos meios pelos quais realizam o trabalho. Quando a produção capitalista se torna independente, não se limita a manter essa dissociação, mas a reproduz em escala cada vez maior. O processo que cria o sistema capitalista consiste apenas no processo que retira ao trabalhador a propriedade de seus meios de trabalho, um processo que transforma em capital os meios sociais de subsistência e os de produção e converte em assalariados os produtores diretos. A chamada acumulação primitiva é apenas o processo histórico que dissocia o trabalhador dos meios de produção. E considerada primitiva porque constitui a pré-história do capital e do modo de produção capitalista.” (grifos meus). (Marx, 2008: 828).

Na Inglaterra, a acumulação primitiva se deu por meio dos *enclosures* protagonizados por latifundiários feudais, mais tarde apoiados pelo Estado, para reconfigurar as relações de produção, expulsando os camponeses da terra e criando uma classe de trabalhadores rurais assalariados e despossuídos. Ou seja, dessa forma, Marx demonstrava que o capital enquanto tal é fruto de um processo de séculos, eivado de violência (de “sangue e fogo”) no qual se formaram as condições para que se separassem os produtores diretos dos meios de subsistência e produção, formando uma classe de trabalhadores livres, nem parte direta desses meios (como os escravos, por exemplo) e nem possuidores dos mesmos (artesãos e outros produtores diretos, como os camponeses). E, por outro lado, transformando esses meios em capital, ou seja, possibilitando que seus detentores produzissem a partir deles mais valor sobre o valor antes acumulado. A acumulação primitiva não é a acumulação capitalista em si, mas

sim, portanto, a conversão dos meios pré-capitalistas de produção em capital e o consequente estabelecimento da relação capital-trabalho.

Compreender esse aspecto bem ressaltado pelo autor no trecho acima citado significa entender que esses capítulos não devem ser desqualificados como uma espécie de epílogo historicamente datado, tal como bem ressaltou Rosdolski (2001), citando passagens dos manuscritos econômicos de 1857-58 nas quais Marx já rascunhara as conclusões publicadas apenas dez anos depois. Quando se compara com o texto publicado em *O Capital* em 1867, nota-se que essas conclusões não se alteraram desde os *Grundrisse* e que Marx não alterou o conceito no que se refere aos seus pressupostos teóricos. De fato, a importância apontada por Rosdolski desse texto parece correta, em especial, quando interpreta que a noção de acumulação primitiva está contida no conceito de capital e que é o seu próprio pressuposto. Afinal, desde o primeiro momento Marx teria observado a necessidade de provar que, historicamente, as condições sociais dadas por modos de produção anteriores ao capitalismo ou foram ou teriam de ser alteradas para possibilitar sua gênese e reprodução. E que, além disso, também haveria a necessidade de uma clara distinção entre acumulação e acumulação primitiva⁶.

Foi, porém, sobre o processo histórico particular de gênese do capital, quer dizer, sobre como a acumulação primitiva se deu (ou não se deu), de fato, aqui e acolá, que se abriu – e ainda não se esgotou! – todo um leque de discussões iniciado logo após a publicação de 1867. A principal polêmica se trata, portanto, não da necessária existência de processo do tipo, diante do qual Marx se apropriou da “assim chamada acumulação primitiva”, mas da aplicação à história de um conceito que tem em si conteúdo histórico.

E o próprio Marx, como é sabido, não se furta desse debate, inclusive com seu próprio texto. Voltarei a esse ponto mais adiante, mas, por hora, cabe citar o trecho, publicado originalmente em 1867:

Marcam época, na historia da acumulação primitiva, todas as transformações que servem de alavanca à classe capitalista em formação, sobretudo aqueles deslocamentos de grandes massas humanas, súbita e violentamente privadas de seus meios de subsistência e lançadas no mercado de trabalho como levas de proletários destituídas de direitos. A expropriação do produtor rural, do camponês, que fica assim privado de suas terras, constitui a base de todo o processo. A história dessa expropriação assume matizes diversos nos diferentes países, percorre várias fases em sequência diversa e em épocas

⁶ “(...) Esta acumulação necessária para o devir do capital e incorporada como um pressuposto, como um momento, no conceito de capital deve ser radicalmente distinguida da acumulação do capital que já chegou a ser capital, para a qual têm de existir capitais previamente.” (grifos meus). Marx, K. [1857] *apud* Rosdolsky, 2001: 551).

diferentes. Encontramos sua forma clássica na Inglaterra, que, por isso, nos servirá de exemplo. (grifos meus). Marx, 2008: 829-830.

Esse parágrafo será retomado por Marx algumas vezes nos próximos anos. Dentre outras passagens, é nele que o autor frisa a especificidade da análise que desenvolve nas seções seguintes de *O capital*, destinadas, portanto, ao que denominou a “forma clássica” da acumulação primitiva, ou seja, o processo ocorrido na Inglaterra, tomado como exemplar⁷.

Temos, então, que a acumulação primitiva é historicamente datada e se refere a um processo no qual tem como base a expropriação do camponês, mas que, como citado antes, “assume matizes diversos nos diferentes países, percorre várias fases em sequência diversa e em épocas diferentes”. Assim, compreender essa diversidade pressupõe o conhecimento aprofundado tanto dos processos relacionados à história de uma determinada formação social, quanto dos processos envolvidos na própria história da expansão e da reprodução do capitalismo enquanto sistema global.

Quando em vida, a interpretação do que Marx denominou sua “forma clássica”, o caso inglês, não foi motivo de maiores preocupações para ele, que dominava a literatura da história da Inglaterra como poucos no período. Mas o texto de *O Capital*, porém, fomentou intensos debates sobre sua aplicação em outros países e regiões do mundo. Ao continuar seus estudos e ao responder a seus críticos e entusiastas nos anos seguintes, Marx buscou esclarecer ou, como afirmaram alguns, aprofundar e exemplificar a aplicação do conceito.

As controvérsias sobre a “chamada acumulação primitiva”, desde Marx, se referem a interpretações dissonantes de processos do tipo. É até mesmo plausível afirmar a possibilidade de uma investigação mais longa sobre a história social do conceito. Sendo assim, apresento brevemente o exercício teórico realizado pelo próprio Marx após a publicação da 1ª edição de *O Capital* a partir do estudo de alguns processos históricos específicos.

⁷ A nota de rodapé No. 189, colocada por Marx exatamente após esse parágrafo, também é fundamental para exemplificar uma peculiaridade ou singularidade entre os diversos processos históricos de acumulação primitiva: “Na Itália, onde a produção capitalista se desenvolveu mais cedo, ocorre também mais cedo a dissolução das relações de servidão. O servo italiano foi emancipado sem ter chegado a assegurar-se, por prescrição, de qualquer direito à terra. Sua emancipação transformou-o imediatamente num proletário sem direitos, que já encontrava novos senhores à sua espera nas cidades, que, em sua maioria, vinham dos tempos dos romanos. Quando a servidão no mercado mundial destruiu, nos fins do século XV, a supremacia comercial do norte da Itália, surge um movimento populacional em sentido inverso. Os trabalhadores das cidades foram enxotados para os campos, onde deram um impulso nunca antes visto à pequena agricultura de hortas e jardins” (Marx, 2008: 830).

Pós-1867: as reedições de *O Capital*, os estudos sobre a questão irlandesa e os manuscritos de 1881

Os últimos estudos de Marx sobre as formações sociais não-ocidentais são mais sistemáticos, em especial, após os episódios da Comuna de Paris e das lutas internas da Internacional, cujo ápice se dá no Congresso de Haia (1872), com a tentativa de expulsão de Bakunin e de sua organização interna (a ‘Aliança’).

Em sua maioria, as influências dos últimos estudos de Marx sobre suas próprias formulações anteriores a respeito do conceito de acumulação primitiva são analisadas a partir das reedições de *O Capital*, das cartas e de alguns manuscritos postumamente encontrados e gradualmente publicados. Nestas análises, dois campos de estudo explorados por Marx seriam fundamentais: os estudos sobre a relação Irlanda-Inglaterra e sobre a história da Irlanda (que Engels, por exemplo, vai tomar como uma tarefa essencial, em especial, nos anos seguintes à publicação da 1ª edição), e os estudos sobre a Rússia, que teriam levado Marx a dominar o russo e a buscar e ler fontes desse país em sua própria língua no mínimo desde 1870.

As reedições do *Capital*

Segundo Haruki Wada (1983), no que se refere às questões aqui em voga, a segunda edição alemã publicada em 1873 não teria alterado muito a 1ª, exceto por:

“(...) (1) the deletion of the exclamation mark (!), from the passage in the preface (...): ‘The country that is more developed industrially only shows, to the less developed, the image of its own future!’; and (2) the deletion of footnote 9 at the end of the volume in which Marx (...) sneered at Herzen and his ‘Russian communism’. In addition to these changes, Marx in the ‘Postscript to the second edition’ paid a glowing tribute to Chernyshevskii by caling him ‘the great Russian scholar and critic’” (Wada, 1983: 47).

Todavia, é sobretudo com a publicação da edição francesa que se indica uma alteração no texto do capítulo e, asseguram alguns, mais significativa e/ou definitiva da influência de seus estudos sobre a Rússia. A tradução e a publicação entre 1872-75 foi revisada por Marx e teria frisado ainda mais o caráter histórico e ao mesmo tempo peculiar da acumulação primitiva, assim como teria localizado explicitamente a análise realizada no texto somente ao contexto da Europa ocidental, tal como se verifica no quadro⁸:

⁸ A versão considerada definitiva e mais traduzida de *O Capital* é a 4ª edição alemã de 1890, publicada postumamente por Engels. Engels frisa no prefácio que teria recorrido à edição francesa e aos manuscritos de

1867 e 1873	1875
<p>“(…) A expropriação do produtor rural, do camponês, que fica assim privado de suas terras, constitui a base de todo o processo. A história dessa expropriação assume matizes diversos nos diferentes países, percorre várias fases em sequência diversa e em épocas diferentes. Encontramos sua forma clássica na Inglaterra, que, por isso, nos servirá de exemplo” (Marx, 2008 [1890])</p>	<p>“(…) Essa evolução só se realizou de uma maneira radical na Inglaterra: este país representará, pois, necessariamente, o primeiro papel em nosso esquema. Mas, todos os outros países da Europa ocidental percorrem o mesmo movimento, se bem que, segundo o meio, este movimento tome uma cor local, encerrando-se em um círculo mais estreito, ou apresentando um caráter menos pronunciado, ou seguindo uma ordem de sucessão diferente” (Marx, 1964 [1875]).</p>

É à edição de 1875 que Marx recorrerá para citar a si mesmo nos debates pós- *O Capital* e de suas traduções para outras línguas, especialmente no debate a respeito da Rússia, enfatizando os aspectos que teriam sido frisados ainda mais nessa publicação.

A questão irlandesa

No caso da Irlanda, cuja relação colonial com a Inglaterra pode ser observada desde o século XII, Marx irá reconhecer que o processo de estudo sobre a questão, aprofundado desde os *Grundrisse* (1857-58), levou-o a rever sua posição inicial dos anos 1840 e 50, especialmente no que se refere à relação entre a luta de classes na metrópole e na colônia.

Em Carta de 1870 para Engels, ele afirmou:

(…) For a long time I believed that it would be possible to overthrow the Irish regime by English working-class ascendancy. I always expressed this point of view in the New-York Tribune. Deeper study has now convinced me of the opposite. The English working class will *never accomplish anything* before it has got rid of Ireland. The lever must be applied in Ireland. That is why the Irish question is so important for the social movement in general”. (grifos do autor. Marx e Engels, 1971: 284).

Marx, mas, no que se refere especificamente ao trecho citado, sua versão é mais próxima das primeiras edições alemãs de 1867/1873.

Constatações como essas demonstram que o colonialismo e a chamada questão oriental foram objetos prioritários de estudo de Marx, no mínimo, desde a fase de preparação de *O Capital* e, principalmente, depois da publicação do Livro I, o que não deixa de ser um percurso intelectual coerente. De fato, é em *O Capital* que Marx desenvolveu em maior extensão a questão esboçada anteriormente. A exploração e a dominação coloniais não são vistas apenas enquanto questões de ordem conjuntural, motivados por conflitos da ordem do dia e por posições políticas a que se requer um comentário imediato, mas são analisadas enquanto condições necessárias para o desenvolvimento industrial europeu e, nesse sentido, enquanto fenômenos intrínsecos e fundamentais no processo histórico de reprodução do capital. A dominação da Inglaterra sobre a Irlanda e a Índia, por exemplo, são citadas enquanto condições necessárias de dominação da aristocracia e da burguesia inglesas na própria Inglaterra⁹.

Interessa, nesse sentido, compreender que a “forma clássica” da acumulação primitiva e o desenvolvimento do capitalismo, enquanto sistema mundial, são processos cada vez mais entendidos por Marx como processos históricos intrinsecamente relacionados entre si, tal como enfatizará no debate sobre o caso da “comuna” russa.

Os manuscritos de 1881

A discussão das teorias de *O Capital* na Rússia mobilizou grande parte dos revolucionários no país, envolvendo, em especial, as primeiras organizações que se reivindicavam “marxistas” e os chamados narodniks. A partir de 1872, quando o livro é traduzido pro russo, um dos principais debates será a respeito das especificidades e do “destino histórico” da “comuna” rural russa, frente ao qual se abriram diferentes interpretações sobre os processos de acumulação primitiva descritos por Marx e, como se veio a conhecer depois, ele mesmo foi instado a se posicionar.

O prefácio da edição russa do *Manifesto do Partido Comunista* de 1882 é provavelmente o primeiro e único texto publicado por Marx na Rússia em que ele opina sobre a questão, nesse caso, junto com Engels¹⁰. Mas o debate a respeito desse posicionamento se

⁹ Ver, dentre outros, caps. 25 e 31 do livro I (edição francesa) e 20, 35 e 37 do livro III.

¹⁰ No prefácio, afirmam Marx e Engels: “(...) Pergunta-se agora: poderá a Obchtchina russa — uma forma, ainda que fortemente minada, da antiquíssima posse comum do solo — transitar imediatamente para a [forma] superior da posse comum comunista? Ou, inversamente, terá de passar primeiro pelo mesmo processo de dissolução que constitui o desenvolvimento histórico do Ocidente? A única resposta a isto que hoje em dia é possível é esta: se a revolução russa se tornar o sinal de uma revolução proletária no Ocidente, de tal modo que

dá, principalmente, após a publicação dos manuscritos da resposta de Marx a um artigo de Mikhailovskii (a denominada “Carta para o editorial do *Otechestvennye Zapiski*”, descoberto e publicado a pedido de Engels em russo pela primeira vez em 1886) e, depois, da carta de Marx para Vera Sassulitch e de seus quatro rascunhos (os denominados manuscritos de 1881).

A carta para o *Otechestvennye Zapiski* foi escrita segundo alguns em novembro de 1877 e, segundo outros, em fins de 1878. É na segunda parte dessa Carta que se teria registro, pela primeira vez, do próprio Marx explicando porque mudou algumas pequenas passagens na revisão francesa do capítulo sobre a “assim chamada acumulação primitiva” de *O Capital* (cf. Wada, 1983: 59).

As disputas políticas frente ao processo revolucionário russo (que envolveram Ryazanov, que descobriu os manuscritos de 1881, Plekhanov, Lenin e a própria Sassulitch no debate com os narodniks a partir do grupo Emancipação do Trabalho e, depois, no POSDR¹¹) motivaram fatos de ocultação e publicação desses escritos, uma vez que foram reivindicados como provas das interpretações “marxistas” e utilizados como armas pelas facções políticas que se formaram e se desarticularam ao longo dos embates da conturbada conjuntura histórica russa do final do século XIX e início do XX. Ryazanov, que descobriu os manuscritos de 1881 em 1911, por exemplo, afirma que os antigos membros do Emancipação do Trabalho teriam “esquecido” a resposta de Marx e, ele mesmo, só os publicou depois da Revolução de outubro, quando o exilado menchevique Nikolaevskii, por sua vez, publicou em 1924 a carta enviada por Marx para V. Sassulitch (Wada, 1983; Ryazanov, 1983 [1924]).

Todavia, mesmo considerando que a maioria desses textos são manuscritos não publicados por ele, riscados, reescritos, reelaborados e talvez até mesmo abandonados, é possível estabelecer algumas linhas gerais de argumentação que buscarei sintetizar a seguir, evitando maiores citações e as mais diversas ordens de ilações produzidas sobre as motivações do autor. Junto com a carta para o *Otechestvennye Zapiski*, os denominados manuscritos de 1881 sintetizam bem as conclusões de Marx.

Em 1881, Vera Sassulitch solicita a opinião de Marx a respeito da teoria que defende ser “historicamente necessário” que todos os países do mundo passem por todas as fases de produção capitalista e do “possível destino” da comuna rural russa (Zasulich, 1983: 99). Na resposta (e nos seus esboços)¹², Marx, de forma resumida, afirma que: 1) a análise realizada

ambas se completem, a actual propriedade comum russa do solo pode servir de ponto de partida de um desenvolvimento comunista” (Marx e Engels [1882]).

¹¹ Partido Operário Social-Democrata Russo.

¹² Para uma tradução completa dos 4 esboços, a partir do original publicada por Ryazanov em 1925, ver Marx (2005). Em português, a resposta está em Marx (2013).

em *O Capital* se refere exclusivamente ao caso inglês e à Europa ocidental, citando o que escrevera na edição francesa do livro; 2) a Rússia configura um caso específico e deve ser compreendida a partir dessa especificidade¹³; 3) a Rússia não é um país isolado do mundo moderno e sua ‘comuna rural’ se formou e se desenvolve integrada ao mercado mundial. Nesse sentido, ela não repetirá o mesmo e longo processo ocorrido (e em curso) na Europa ocidental.

Segundo Marx, a forma social presente no campo da Rússia não estaria ameaçada por qualquer espécie de “fatalidade histórica” ou teoria, mas sim pela “(...) opressão promovida pelo Estado e a exploração através dos intrusos capitalistas, que se tornaram poderosos por obra e graça do Estado, à custa e em detrimento dos camponeses” (Marx, 2005 [1881]: 119) e que, nesse sentido, apenas uma “revolução russa” daria as condições para a reversão desse processo no sentido da preservação do trabalho coletivo realizado nessas ‘comunas’ e de seu livre desenvolvimento como um elemento da produção coletiva em escala nacional. Por outro lado, ele indica a integração ao mercado mundial, onde predominaria a produção capitalista, e a crescente diferenciação socioeconômica interna entre seus membros como processos diretamente relacionados no que se refere ao favorecimento da transformação do elemento coletivo da ‘comuna’ em propriedade privada.

É, no entanto, na carta para o editorial do *Otechestvennye Zapiski* (1886 [1877 ou 1878]), que Marx conclui de forma incisiva:

(...) Thus events of striking similarity, taking place in different historical contexts, led to totally disparate results. By studying each of these developments separately, and then comparing them, one may easily discover

¹³ Para isso, ele distingue a partir de vários aspectos a denominada “comuna russa”, ou “comuna agrícola” – termo também utilizado por ele –, das comunidades primitivas. No seu caderno de rascunhos, Marx afirma que a história das comunidades primitivas ainda estaria por se fazer, tendo, até o momento em que escrevia, apenas “esquematisações singelas”. Ele adverte, porém, que os estudiosos dessas comunidades eram escritores burgueses que estavam, antes de tudo, interessados em elogiar a sociedade e o sistema capitalista: “Lendo as histórias das comunidades primitivas, escritas pelos burgueses, é preciso se colocar em guarda. Eles não recuam mesmo diante de falsificações. Sir Henry Maine, por exemplo, que foi um ardoroso colaborador do governo inglês em sua obra de destruição violenta das comunidades hindus, conta-nos hipocritamente que todos os nobres esforços da parte do governo para apoiar estas comunas fracassaram contra a força espontânea das leis econômicas” (Marx, [1881] 2005: 111). E também, no terceiro esboço da carta à Sassulicht: “Quanto às Índias orientais, (...) todo mundo, salvo Sir H. Maine e outras pessoas que são farinha do mesmo saco, sabem que nesta parte do mundo a supressão da propriedade comum do solo não passou de um ato do vandalismo inglês, empurrando o povo nativo não pra frente, mas pra trás.” (id. ib.). Como é sabido, as fontes antropológicas e as informações sobre o mundo não-europeu usadas por Marx nas décadas de 1870 e 80 foram retiradas principalmente dos trabalhos antropológicos da época, em especial, de Maxim Kovalevsky e Lewis H. Morgan. Acompanhando atentamente suas informações, mas ciente de suas limitações, Marx toma estes trabalhos de forma crítica. O mesmo será feito por Engels, que, por exemplo, revisou várias vezes seu texto “*Origem da família...*” (Engels, 1984 [1884]) nos últimos anos de vida. Mas isso nem sempre foi feito pelos marxistas depois, como afirma Godelier (1974): “Lo que fallaba completamente [ao marxismo] era esta fluidez, esta atención constante de Marx ante la novedad en la información científica, este remodelado continuo de sus propios conceptos y, desde luego, la permanencia, la continuidad real de ciertos conceptos” (p.146-147).

the key to this phenomenon. But success will never come with the master-key of a general historico-philosophical theory, whose supreme virtue consists in being supra-historical. (Marx, [1886]).

A interpretação de Marx sobre o processo histórico russo enfatizou, portanto, o elemento histórico do conceito delineado desde meados de 1857, a fim de dar conta, teoricamente, do processo-gênese do capital frente aos economistas clássicos. Buscou, assim, o máximo de informações sobre o desenvolvimento específico das formações sociais não-ocidentais levando em conta seu processo histórico, mas sem tomá-las, porém, como elementos extemporâneos ou supostamente isolados do processo histórico de desenvolvimento do capitalismo, que, desde o início, teria se dado a partir de relações estabelecidas num mercado mundial. A despeito daqueles que ele indicou como advogados da sua “assim chamada teoria”, frisou a contemporaneidade dessas formações, no que se refere a um mesmo processo histórico global, seja da acumulação primitiva ocorrida no caso inglês (nos séculos anteriores), na Europa ocidental (em curso) ou na Rússia, cujo campo mantinha a propriedade comunal num contexto histórico moderno, ligada a um mercado mundial onde predominava a produção capitalista. Dessa forma, a continuidade epistêmica do conceito em Marx não se deu a partir de uma esquematização explicativa dada *a priori*, mas a partir da análise de processos históricos concretos e de sua remodelação frente às novas informações que obtinha sobre as especificidades de determinadas formações sociais.

Afinal, de fato, não parece ter sido à toa que Marx escreveu no prefácio de 1867: “*Somos atormentados pelos vivos e, também, pelos mortos*”.

Referências

ANGELIS, Massimo de, “Marx and primitive accumulation: the continuous character of capital’s ‘enclosures’”. **The Commoner** 2 (september 2001).

BOURDIEU, P. “A identidade e a representação: elementos para uma reflexão crítica sobre a ideia de região”. In: Bourdieu. **O poder simbólico**. Lisboa: Difel, 1989.

ENGELS, F., **Origem da família, da propriedade privada e do Estado**. Trad.: Leandro Konder. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984 [1884].

FELIX, G. **Mobilidade e superexploração do trabalho: o enigma da circulação**. Rio de Janeiro: FAPESP/Lamparina, 2019.

FELIX, G. “El Capital salvaje: la Amazonia y la condición obrera hoy, o viceversa”. In: Alves et al. (Orgs). **Society, Culture and Frontiers: Interdisciplinary Approaches**. Curitiba: CRV, 2020.

FELIX, G. “Aportes teóricos de Ruy Mauro Marini para o marxismo e as ciências sociais hoje” In: Felix (Org.). **Dependência, Estado e superexploração do trabalho no século XXI**. Bremen: El Tiple/Veredas, 2021.

GODELIER, M., “Marxismo, antropologia y religión: entrevista com Maurice Godelier”. En: Godelier et al., **Epistemologia y marxismo**. Barcelona: Martinez Roca, 1974, págs. 144-179.

HARVEY, D., **O novo imperialismo**. São Paulo: Loyola, 2005.

MARINI, R. M., **El reformismo y la contrarrevolución: Estudios sobre Chile**. Mexico DF: Era, 1976.

MARINI, R. M., **Subdesarrollo y revolución**. Mexico DF: Siglo XXI Editores, 1969.

MARX, K., “**Le Capital**”, Fac-símile da 1ª edição francesa, 1875. En http://ia700401.us.archive.org/0/items/LeCapital/N0123283_PDF_1_-1DM.pdf (junho de 2012).

MARX, K., “**Letter to Editor of the *Otecestvenniye Zapisky***” [1886]. Trad.: Dona Torr. En <http://www.marxists.org/archive/marx/works/1877/11/russia.htm> (junho de 2012).

MARX, K., **A origem do capital**. São Paulo: Fulgor, 1964 [1875].

MARX, K., “**Rascunhos da carta à Vera Sassulitch de 1881**”. Trad.: E. Malagodi. En: *Raízes* 1-2 (jan-dez de 2005), págs. 110-123.

MARX, K., **O Capital**. Livro I. Trad.: Reginaldo Sant’anna. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008 [1890].

MARX, K., **O capital**. Livro I. Trad.: R. Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, K.; Engels, F., “**Prefácio à (segunda) edição russa [de *O Manifesto Comunista*]**”, [1882]. En [http://www.marxists.org/portugues/marx/1848/ManifestoDoPartidoComunista/prefacios.htm#t\(4*\)](http://www.marxists.org/portugues/marx/1848/ManifestoDoPartidoComunista/prefacios.htm#t(4*)).

MARX, K.; Engels, F., **Ireland and the Irish Question**. Dixon, R. (ed). Moscow/London: Progress Publishers/Lawrence & Wishart, 1971.

MIDNIGHT NOTES COLLECTIVE, “The new Enclosures”. En: **The Commoner** 2 (september 2001).

MOULIER-BOUTANG, Yann, “Formes de travail non libre; Accumulation primitive: préhistoire ou histoire continuée du capitalisme?”. En: **Cahiers d’Études Africaines** 179-180 (2005), págs. 1069-1092.

ROSDOLSKI, Roman, **Gênese e estrutura de O Capital**. Rio de Janeiro: Eduerj, 2001 [1968].

RYAZANOV, David, “The Discovery of the Drafts (1924).” En: Shanin (ed.), **Late Marx and the Russian Road**: Marx and the ‘peripheries of capitalism’. New York: Monthly review, 1983 [1924].

SANTOS, L. A. O.; Andrade, Lucia M. M. (Orgs). **As hidrelétricas do Xingu e os povos indígenas**. São Paulo: Comissão Pró-Índio de São Paulo, 1988.

SEVÁ FILHO, A. O., **Tenotã-mõ**: alerta sobre as consequências dos projetos hidrelétricos no rio Xingu. São Paulo: IRN, 2005.

TOLEDO, C. N., **ISEB**: fábrica de ideologias. Campinas: Edunicamp, 1997.

WADA, Haruki, “Marx and Revolutionary Russia”. En: Shanin (ed.), **Late Marx and the Russian Road**: Marx and the ‘peripheries of capitalism’. New York: Monthly review, 1983.

ZASULICH, V., “Letter to Marx”. En: Shanin (ed.), **Late Marx and the Russian Road**: Marx and the ‘peripheries of capitalism’. New York: Monthly review, 1983 [1881].